



**PROJETO DE LEI Nº DE 2023**  
(Do Sr. Vinicius Carvalho)

Determina a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente.

Apresentação: 22/08/2023 18:34:35.587 - MESA

PL n.4060/2023

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, que “Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde” para determinar a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente.

Art. 2º A Ementa da Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Dispõe sobre o direito da gestante ao conhecimento e a vinculação à maternidade onde receberá assistência no âmbito do Sistema Único de Saúde, bem como determina a responsabilidade civil objetiva dos Serviços de Saúde público e privados na hipótese de troca de bebês recém nascidos em maternidade bem como torna imprescritível a ação de danos morais dela decorrente”*

Art. 3º Inclua-se o seguinte Art. 1-A à Lei nº 11.634, de 27 de dezembro de 2007:





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – Republicanos/SP**

*“Art. 1-A. Os Serviços de Saúde público e privados tem responsabilidade civil objetiva por eventuais trocas de bebês recém nascidos ocorridas após o parto dentro de suas unidades de maternidade.*

*Parágrafo único. A ação por danos morais decorrentes de trocas de bebês em unidades maternas é imprescritível”(NR)*

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**JUSTIFICATIVA**

A presente proposta de projeto de lei tem o objetivo de garantir segurança jurídica às famílias prejudicadas por trocas de bebês recém-nascidos em unidades maternas públicas e privadas. Com vistas a garantir a sua reparação pelo dano causado, com a devida ação por danos morais, muitos juízes e tribunais requerem a prova de culpabilidade de agentes da maternidade para a troca de bebês.

Há casos em que a descoberta da troca se faz muitos anos depois, o que dificulta ainda mais a colheita de provas. Por outro lado, também há decisões no sentido de que a ação desse tipo estivesse coberta pelo prazo prescricional de 3 (três) anos previsto no Art. 206, § 3º, V do Código Civil, o que pode trazer prejuízo para a devida reparação ao dano causado aos familiares.

Ante ao exposto, apresento a presente proposta de projeto de lei com vista a dar maior segurança jurídica nesse tema.





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
**GABINETE DO DEPUTADO VINICIUS CARVALHO – Republicanos/SP**

Sala das sessões,

Datado e assinado eletronicamente.

Deputado **VINÍCIUS CARVALHO** (Republicanos/SP)

Apresentação: 22/08/2023 18:34:35.587 - MESA

PL n.4060/2023



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Vinicius Carvalho  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD230573621200>

